**Eixo II: Desafios do Movimento sindical frente ao novo governo**

**Propostas da Apufsc-Sindical para o XIX Encontro Nacional do Proifes-Federação**

**Preâmbulo**

A Apufsc-Sindical é uma entidade recém-filiada ao Proifes-Federação. Entretanto, desde 2009, quando se desfiliou do Andes-SN e se tornou um sindicato autônomo, nossa entidade promoveu debates internos para examinar a possibilidade de filiação à federação. Isso possibilitou conhecer melhor a federação. Além disso, especialmente a partir de 2018, nosso sindicato estabeleceu formalmente um processo de decisão interna sobre a filiação, inclusive trouxe, em várias oportunidades, representantes da federação para exporem sobre seu sistema organizativo, princípios e decisões mais importantes. Textos também foram produzidos por filiados da Apufsc-Sindical defendendo a filiação, de modo que, quando se aprovou filiar-se, já conhecíamos muito da vida sindical da federação.

Esses registros são apenas para destacar que nossas contribuições ao Encontro Nacional, por meio desse texto, recolhem uma análise de nossas experiências desse processo e, especialmente, do nosso convívio ao interno do Proifes-Federação.

**Aspectos históricos**

Desde a década de 1980, com as eleições de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan e a queda do muro de Berlim, em 1989, vivemos um novo estágio do capitalismo. As utopias igualitárias recuaram em todo o mundo e, com elas, as ideias de justiça social, equidade e solidariedade passaram a ocupar espaços cada vez mais exíguos no debate público. Em seu lugar, se consolidaram novos consensos, expressos numa nova linguagem: controle fiscal, meritocracia, finanças, mercado, mercado e mercado. Aos poucos, foi se construindo uma ambiência sociopolítica na qual não parece haver alternativa. Não parece haver dúvida de que se trata de uma fase específica do conflito de classes. Sentindo-se ameaçados pelo crescente poder de barganha da classe trabalhadora, os defensores do mercado capitalista lançaram uma contraofensiva, o neoliberalismo, cujo objetivo era dizimar os instrumentos dessa negociação.

Nesses últimos quarenta anos temos assistido à execução continuada desse projeto: a neutralização da força dos sindicatos, a esterilização dos partidos de esquerda, a contenção dos movimentos sociais e o esvaziamento de suas bandeiras de luta. Como isso aconteceu? Em primeiro lugar, diminuindo os custos da força de trabalho para estimular a competição nos mercados globais, através da exportação das plantas fabris para onde os custos da força de trabalho fossem menores. Mas para que isso fosse exequível, foi fundamental combater as inúmeras barreiras nacionais para a livre circulação de capitais e mercadorias pelo mundo. Foi imperioso, também, fazer com que os mercados de trabalho fossem desregulamentados e, principalmente, que os estados reduzissem sua intervenção na economia. Novas tecnologias (robótica, telefonia móvel, computação) surgiram para atender a essas novas demandas de um capitalismo global e sem limites; áreas até então relativamente distantes da lógica do mercado foram capturadas nessa nova expansão (água, moradia, educação, parques, saneamento, presídios, estradas, aeroportos foram privatizados). Os sindicatos foram perdendo relevância, os partidos políticos e a política, como atividade humana, perderam força, sendo continuamente desqualificados e as estratégias coletivas e solidárias de apoio e sobrevivência mútua recuaram.

Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, assistimos às contínuas quedas na taxa de sindicalização. Ao considerar a população adulta ocupada, entre os anos 1990 e 2013, o decréscimo na taxa de sindicalização chega a 10%. A insegurança passou a ser a regra e o trabalho análogo à escravidão deixa, paulatinamente, de ser exceção. A estabilidade é uma condição cada vez mais rara na experiência de trabalho (e, portanto, de vida) de homens e mulheres: precariedade e instabilidade são as experiências mais comuns para quem ingressa no mercado de trabalho hoje. Esse é o quadro estrutural no qual estamos inseridos: redução no número absoluto de trabalhadores industriais, redução no número de sindicalizados, aumento do desemprego formal e cresce a informalidade, há o desaparecimento das redes de proteção social e debilidade geral dos movimentos sindicais e dos partidos de esquerda. Obviamente, não se trata de um fenômeno apenas brasileiro.

A universidade e os professores universitários não escaparam da onda avassaladora do (neo)liberalismo que domina o planeta. Hoje, nosso trabalho é muito menos coletivo e solidário do que já foi (e as exceções apenas confirmam a regra). De modo geral, os jovens professores que chegam na universidade nunca tiveram antes um emprego formal, quando tiveram ele era um complemento de suas bolsas. Esses professores são cada vez mais jovens e têm uma clareza enorme dos caminhos necessários para a construção de suas carreiras, querem: publicar, orientar, participar de eventos, ser convidados para mesas, abrir debates, etc., até mesmo lecionar. Alguns, inclusive, pensam e agem como microempreendedores. A universidade é o local da construção de uma carreira, se possível internacional. Mas a construção do nome é seu objetivo principal. O sindicato, a vida sindical, está a léguas de distância desse projeto. Ainda assim, os sindicatos não deixaram de existir e de atuarem, mas muito fragilizados. É nesse contexto que importa discutir que tipo de sindicato e sindicalismo devemos ter.

**A natureza distinta de uma federação sindical**

O modelo federativo, que estrutura e dá vida ao Proifes, é algo positivo e bastante singular em relação à maioria dos sindicatos do setor privado e público no país, especialmente muito distinto do “modelo” Andes-SN. Esse foi um fator decisivo para a filiação da Apufsc-Sindical no Proifes. Mas há outros elementos que o distingue como federação sindical: sua pauta não é exclusivamente econômica, distinção que se expressa no interesse e atuação em temas e problemas que demarcam um sindicalismo de representação de um locus específico: a universidade e institutos federais (simplificadamente, IFES), instituições únicas, cuja atividade é essencialmente de formação e produção de conhecimento. Ou seja, um tipo de entidade que entende e pratica um sindicalismo de professoras/es universitários, muito distinto a de outro modelo cujo histórico é a de um sindicalismo de tipo excessivamente ideológico, classista (de tipo operário), burocratizado e altamente hierarquizado.

Outros pontos importantes também distinguem o modelo federativo: a) o resguardo e a garantia efetiva da autonomia dos sindicatos federados, por conseguinte, quem se filia à federação são os sindicatos de base e não diretamente os filiados destes sindicatos. b) como quem compõe uma federação são os sindicatos autônomos, há a possibilidade de uma melhor dinâmica nas discussões e nos debates, dando maior vitalidade democrática no seu funcionamento interno e nas instâncias decisórias da federação. Além disso, a exemplo do Proifes, não há imposição estatutária para as decisões, dado que cada sindicato federado pode ou acatá-las e implementá-las, cabendo as suas bases decidirem; c) em tese, pode haver uma horizontalidade na atribuição de representações da federação em reuniões, fóruns e atividades externas, etc. d) há um menor custos com a gestão administrativa e com a burocracia, por conseguinte, o valor da contribuição de cada sindicato federado é/pode ser menor; e) pode funcionar apenas com uma diretoria executiva, mais enxuta, dinâmica e possibilitando a participação de sindicatos federados (bases sindicais) e não de pessoas que representam grupos políticos.

No Proifes, todos esses aspectos têm gerado oportunidades ao desenvolvimento de uma prática sindical diferenciada, mais ativa, democrática, representativa e socialmente respeitada – ainda que se possa sempre aperfeiçoar, como indicamos e defendemos neste texto.

Assim, vemos que o modelo federativo é o principal ativo do Proifes, o qual pode servir de exemplo ao movimento sindical brasileiro. Esse modelo organizativo pressupõe e se alicerça no pluralismo das representações que advém da identidade comum e, ao mesmo tempo, distinta dos sindicatos autônomos filiados à federação. Esses sindicatos, por livre decisão, conformam e dão vida a um coletivo que busca compartilhar princípios, interesses, meios, práticas sindicais baseadas no mútuo respeito. É um terreno fértil para a valorização do diálogo que, na pluralidade de opiniões, persegue a construção de consensos e o respeito aos interesses dos filiados que representam.

**Sindicato de professores universitários**

Pode-se dizer que os professores, sobretudo os universitários, são oriundos, predominantemente, da classe média. Nesse aspecto, faremos considerações analíticas tomando como referência os estudos do campo da sociologia e da cultura.

A classe média, como os estudos sociológicos nos mostram, é sempre difícil de definir. Renda não a explica, nem, tampouco, sua posição específica no quadro geral da produção e reprodução da vida. Talvez, seja possível pensar a classe média como a expressão específica de um conjunto geral de valores: crença na meritocracia, confiança na capacidade individual, descrença nos princípios da coletividade. Se infere que a classe média olha para as classes superiores e seu comportamento como o objetivo a ser emulado e, ao mesmo tempo, olha para a classe trabalhadora com desdém pelos seus hábitos, comportamentos e valores, mas sobretudo, pelo pavor diante da possibilidade do seu próprio descenso social.

Mas, sem a pretensão de formalidades sociológicas e mais como resultado de observação participante, é possível inferir que há uma parcela pequena do professorado universitário oriundo das camadas dominantes da sociedade. Sobretudo em cidades menores isso fica muito evidente no orgulho da ostentação dos sobrenomes tradicionais. Todavia, em geral, eles compõem os ramos pobres das famílias ricas. Há um número muito maior de professores oriundos das classes propriamente médias (comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais), mas essa parcela de professores compartilha os mesmos valores sociais e políticos do primeiro grupo. Por fim, há uma parcela menor, talvez não chegue a vinte por cento do professorado, oriundo das classes trabalhadoras, mesmo quando não se sintam mais parte delas, mas que, potencialmente, ao menos, ainda apresentam esse resíduo sociológico. É sobretudo essa última parcela que alimenta ainda que apenas potencialmente (em número cada vez menor) os nossos sindicatos.

Reconhecer que docentes universitários são, predominantemente, de classe média e que ela é um estrato social de difícil definição, não resolve tudo. Ainda permanece a questão de como tratar com seus interesses e visões, que são muito particulares, essencialmente individualistas. Os professores universitários têm como objeto de trabalho o conhecimento. Atuam para formar profissionais, produzir e socializar conhecimento (científico, cultural e técnico). Na esfera política, como apenas mencionamos, flutuam em visões ideológicas, marcando um pluralismo de ideias, valores e opiniões, ainda que (em determinadas circunstâncias) reivindiquem mínimos comuns corporativos, como salário, condições de trabalho e carreira. Portanto, se identificam muito em garantir direitos individuais, eventualmente também comuns, mas se distinguem em valores e posições ideológicas. Ora, tudo isso traz efeitos quando sentem a necessidade de buscar quem os defenda perante o patrão (o Estado), no caso quando estes buscam um sindicato.

A cultura pode ser outro sistema referência para nossa análise. Ela também possibilita compreender as distinções entre agrupamentos sociais, na forma como se constituem e como se expressam, na subcultura dos distintos agrupamentos sociais. Entendemos, como acima dito, que docentes universitários representam uma formação social de classe média, que é distinta, por exemplo, da formação social da classe operária – uma outra subcultura que compõem a identidade cultural de uma sociedade. Essas subculturas não são nem iguais, nem superiores entre si, apenas distintas. Isso, a nosso ver, traz implicações e distinções importantes na organização (sindical) e nas manifestações na vida social e política de ambas. Ou seja, é necessário tirar consequências disso.

Historicamente, o que sempre sobressaiu no chamado movimento docente e nos momentos de luta foi o reclamo à autonomia da base (da seção sindical, no caso do Andes-SN) como garantia de respeito à tomada de decisões mais relevantes em um determinado momento, como entrada e saída de greve ou acordos salariais e de carreira. Na estrutura organizacional de sindicato único, claramente verticalizada e uniformizada, o que importa nos processos decisórios é o todo e não as partes, impondo-se a “vontade da maioria” à minoria, numa aritmética política simplista construída em oposição às diferenças e a dialética que nos marca e constitui. A realidade desse tipo de sindicalismo mostra um descaso com as opiniões da base, Assembleias Gerais (AGs) esvaziadas, dirigentes-sabe-tudo e profissional, onde os fins justificam os meios e onde as definições são justificadas por questões ideológicas e do interesse de UMA classe social. É preciso superar esse tipo de sindicalismo e da estrutura sindical que lhe dá suporte.

Assim, se esse quadro geral faz algum sentido para descrever os professores universitários, fica óbvio que nossa tarefa política e organizativa é imensa. Usar, como mote organizativo expressões como “classista” ou “pela base” ou “de luta” parece-nos não dizer absolutamente nada para a grande maioria dos professores, nem sobre os objetivos do sindicato, nem, tampouco, sobre sua função política e social. Em certo sentido, são expressões/jargões de organização política de outras áreas e de outros tempos, que sobrevivem como resíduos.

A questão central, então, é: como e o que falar a esse conjunto de professores? Como tornar o sindicato relevante, senão para todos, ao menos para a maioria dos professores? Primeiro, devemos nos empenhar para agregar aqueles colegas professores para os quais o sindicalismo, mesmo que “moribundo”, ainda exprime um tipo de organização sociocultural importante. Os demais, não tenhamos ilusão, estarão conosco sempre de forma pontual, em ações específicas, mas não envidarão nenhum esforço para a manutenção do sindicato como um princípio organizativo. Segundo, acreditamos que o único ou o melhor caminho que nos está facultado é nos atermos às demandas específicas da categoria, gostemos ou não delas. É aqui que a forma federativa do Proifes, de estreita conexão com a base (via a representação autônoma dos sindicatos federados), sem ilusões vanguardistas, faz a diferença. Sem meias-palavras: o modelo federativo é melhor, pois garante a autonomia dos sindicatos locais e facilita a expressão do pluralismo de visões e opiniões que conformam nossa identidade e os atributos de nossa profissão.

**Propostas**

1. Manter independência frente ao governo e aos partidos políticos;
2. Fortalecer a horizontalidade da federação como forma de fortalecer sua democracia interna;
3. Ter atuação mais efetiva e reivindicar à CUT assento ao Proifes na Executiva da Central.